

Emerenciana Maria de Jesus, cabra, forra, solteira: trajetória de uma família matrifocal na Freguesia do Seridó (séculos XVIII-XX)

Emerenciana Maria de Jesus, cabra, free person, single: trajectory
of a matrifocal Family in the Parish of Seridó (eighteenth
nineteenth centuries)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

helder.macedo@ufrn.br

Recebido: 10/07/2025

Aprovado: 03/09/2025

Resumo: A história da escravidão e das mestiçagens, no Seridó do Rio Grande do Norte, tem avançado consideravelmente, com trabalhos que buscam compreender esses fenômenos como conectados e dos quais resultaram, em grande medida, a formação de parte das famílias sertanejas. A partir da análise de fontes paroquiais da Freguesia do Seridó e judiciais da Comarca de Caicó, feita com o concurso da metodologia da Micro-História, o trabalho busca investigar uma trajetória de vida, a de Emerenciana Maria de Jesus, mulher cabra, forra e solteira. O exame da trajetória dessa família matrifocal permite lançar luzes sobre a nomeação de pessoas mestiças no Seridó, com a qualidade de “cabra”, e a perda desse qualificativo com o passar das gerações, sendo substituído pelo de pardo ou P.

Palavras-chave: cabras; mestiçagens; Seridó.

Abstract: The history of slavery and miscegenation in the Seridó of Rio Grande do Norte has advanced considerably, with works that seek to understand these phenomena as connected and which resulted, to a large extent, in the formation of part of the sertanejo families. From the analysis of sources from the Parish of Seridó and judicial sources of the District of Caicó, made with the help of the Micro-History methodology, the work seeks to investigate a life trajectory, that of Emerenciana Maria de Jesus, a cabra woman (“cabra” is a local term that was used to designate slave and then free people. At the time of the study, it was used to adjectivate non-white people, and mestizos) free person and single. The examination of the trajectory of this matrifocal family allows us to shed light on the naming of mestizo people in the Seridó, with the quality of “cabra”, and the loss of this qualifier over the generations, being replaced by that of pardo or P.

Keywords: cabras; miscegenations; Seridó.

Considerações iniciais

A Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS) foi criada em 1748, desmembrada do Curato de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Em sua extensão máxima, até o ano de 1788, era composta de porções territoriais por onde passava o curso do rio Seridó e seus diversos afluentes, em território das antigas Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte. A sede dessa cartografia da fé era a antiga Povoação do Caicó (ou do Seridó, em documentos coevos), que foi elevada a vila em 1788, com o título de Vila Nova do Príncipe (Macedo, 2011; 2020). Nos dias de hoje, a freguesia chama-se Paróquia de Sant’Ana e localiza-se na cidade sertaneja de Caicó, sede de município de mesmo nome, na porção centro-sul do Rio Grande do Norte – outrora, a Vila Nova do Príncipe.

Os estudos que venho conduzindo, nos últimos anos, têm se focado na análise de vivências de populações sertanejas circunscritas a esse território da Igreja Católica. Interessa-me tanto estudar o processo de territorialização dessa freguesia, quanto as mestiçagens que aconteceram entre os diversos tipos de indivíduos e grupos sociais que se localizaram nos sertões do Rio Grande do Norte a partir do século XVIII.¹ Entendo o território como sendo formado a partir do espaço, resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço, a partir de relações de poder (Raffestin, 1993). Relações de poder, por sua vez, projetadas no espaço, espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (Souza, 2009).

A proposta que adoto é a de pensar a territorialização colonial dos sertões como um fenômeno que deve levar em conta todos os seus agentes produtores, desde aqueles ligados ao gerenciamento político do território (vigários, capitães-mores, juízes ordinários, vereadores, por exemplo) até aqueles ligados ao mundo do trabalho – livre e escravo – e que deixaram suas marcas no cotidiano das fazendas. Pensar a territorialização dos sertões, assim, a partir de vários prismas.

¹ Essas investigações são desenvolvidas no âmbito da UFRN, por meio de apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESq), com bolsas de iniciação científica (PIBIC), da própria universidade e do CNPq. Trata-se de três projetos de pesquisa em curso: Estudo do processo de territorialização das Freguesias do Seridó e Acari (sertão do Rio Grande do Norte, séculos XVIII-XIX); História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das “qualidades” (séculos XVIII-XIX) - 2ª Parte; e Sertões mestiços: um estudo sobre o léxico das qualidades nas Freguesias do Piancó, Seridó e Acari (Paraíba e Rio Grande do Norte, 1734-1888). Este último projeto, em particular, é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de Bolsa de Produtividade de Pesquisa.

Assim, tenho me questionado sobre como pessoas não-brancas – cabras, pardos, mulatos, curibocas, caboclos, mamelucos, “africanos”², crioulos, indígenas – participaram do processo de territorialização do espaço desse sertão específico, o do Seridó, cuja administração religiosa estava ligada diretamente aos contornos da Freguesia dedicada à Sant’Ana. Particularmente, neste texto, exponho resultados preliminares de uma verticalização da pesquisa em torno das pessoas que foram qualificadas, nos registros de época, como “cabras”. E, mais especificamente, examino a trajetória de vida e descendência de Emerenciana Maria de Jesus, mulher cabra, forra e solteira, que viveu no Seridó entre o fim do Setecentos e início do Oitocentos.

Esse objetivo parte do diálogo com dois conjuntos de produções historiográficas. O primeiro, de estudos que vêm sendo feitos, desde os anos de 1980, especificamente sobre a formação sócio-histórica do Seridó e o papel de pessoas não-brancas nesse processo. Alguns desses trabalhos direcionaram-se para a compreensão de como a atual região do Seridó foi constituída historicamente: Muirakytan Macêdo (1998) analisou as narrativas de intelectuais sertanejos que contribuíram para a proclamação de uma região específica do Rio Grande do Norte, o Seridó; Ione Moraes (2005), por seu turno, estudou os processos socioespaciais que contribuíram para a tessitura do que é o Seridó, problematizando a sua atual configuração como uma geografia da resistência; e Isac Medeiros (2020), que investigou a origem e expansão da Freguesia do Seridó como parte integrante do processo de cristianização do espaço dos sertões.

Os outros trabalhos dedicaram-se a investigar temas ligados às populações sertanejas do Seridó em contextos espaciais e temporais diversos, a saber: a pobreza como impedimento para o desenvolvimento socioeconômico na Vila e posterior Cidade do Príncipe entre 1850-1890 (Mattos, 1985); escravidão negra no período colonial e imperial e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos (Borges, 2000); populações indígenas existentes na freguesia em contato com outros indivíduos e grupos sociais entre os séculos XVIII e XIX (Macedo, 2011); escravidão na Vila do Príncipe (Lopes, 2011); história da família na ribeira, no século XVIII, explorando as relações entre o patrimônio e o cotidiano sertanejo (Macêdo, 2007); e a agência “escrava”³ na Comarca do Príncipe (Pereira, 2021).

² A palavra “africano” está em destaque, na primeira vez de seu uso, por se tratar de um anacronismo. Conforme pontua Sheila Faria (2004), usar o termo sem problematização, principalmente para se referir ao período colonial e parte do Império, pode levar a uma generalização que não havia, na medida em que a palavra não designava a vasta composição étnica da África, trazida para as Américas via Atlântico. Da metade do século XIX em diante é que a palavra foi se popularizando e aparecendo nos registros de época.

³ Em diversos pontos do texto será utilizada a palavra “escravo” ou “escrava” para referir-se às pessoas que foram, à revelia, transportadas de África e que passaram pelo processo de escravização, transmitido, também, a seus descendentes e suas

Ainda dentro desse bloco de trabalhos ligados ao Seridó, uma parcela mais recente dedicou suas atenções, especificamente, a assuntos ligados ao fenômeno das mestiçagens: Helder Macedo (2020) estudou genealogias mestiças, com ancestrais pretos, crioulos e pardos; Maiara Araújo (2023) examinou a participação de mestiços na administração militar, com ênfase naqueles que residiram na ribeira entre os séculos XVII, XVIII e XIX; Alda Medeiros (2022) perscrutou a presença de mulheres não brancas – índias, africanas, pretas, negras, mamalucas, cabras, crioulas, mulatas, mestiças e pardas – e a construção de representações sobre suas qualidades na documentação de época; e Matheus Santos (2022), que pesquisou representações sobre pessoas não brancas na Data do Totoró e adjacências. Todos os estudos citados nos dois últimos parágrafos referiram-se a existências de pessoas qualificadas como cabras no Seridó, todavia, sem terem aprofundado o tema em função dos próprios objetivos a que estavam destinados.

O segundo conjunto de estudos com que esse artigo dialoga é o de investigações que tomaram como enfoque, no todo, ou em partes, a história das pessoas cabras. Evidentemente, não estou apresentando um levantamento exaustivo dessa historiografia, mas, tão somente, exemplos pontuais que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, o trabalho de Maria Leonia Resende (2003) tratou da trajetória e vivência de indígenas e seus descendentes em vilas e lugarejos de Minas Gerais no século XVIII. Nele, a autora discute que, dentre os “índios coloniais”, alguns de seus filhos foram referidos, em fontes oficiais, como cabras ou “cabras da terra”, com a ressalva de que, em alguns casos, fazia-se referência ao passado indígena por meio da menção a categorias como “carijó” ou “gentio da terra”.

Voltando suas atenções para os sertões do Ceará, Ana Sara Cortez Irffi (2015), em sua tese de doutorado, investiga como a palavra cabra transformou-se em um conceito no decurso do Oitocentos, especificamente no Cariri, associando o seu uso, de forma pejorativa, como categoria social, para trabalhadores não brancos, fossem livres, libertos ou escravos. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, o termo cabra deixou de designar pessoas, apenas, pelo critério étnico, fosse de ancestralidade indígena ou mesmo misturada com aqueles provenientes de África. No bojo das discussões sobre a construção do perfil do cidadão nacional, bem como, no contexto do apego aos discursos cientificistas sobre a população, esse termo – cabra – passou a distinguir, principalmente, pessoas pobres, despossuídas, de tez escura e que foram arregimentadas, pelos senhores de terra do Cariri, como mão-de-obra para o trabalho e para guerras.

descendentes. Tal uso reflete a forma como os documentos históricos do período em estudo – séculos XVIII e XIX – se referiam a essas pessoas.

O estudo de Márcia Amantino (2016), que é parte integrante do livro *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens*, tem como objetivo mapear o uso do termo cabra pelas populações coloniais para designar pessoas provenientes da mistura entre índios e negros e como esta classificação foi mudando ao longo do tempo. Com base em fontes de época e resultados de pesquisas de historiadores desenvolvidas em diversas partes do Brasil, Amantino considera, como ponto de partida para se pensar a questão, que, até a primeira metade do século XVIII, o termo cabra poderia designar pessoas misturadas, com ancestrais indígenas e/ou negros. Da segunda metade desse século em diante, é possível que o termo cada vez mais se referisse a mestiços provenientes de pessoas negras em suas interações com outras pessoas já misturadas – também com ancestralidade negra, como mulatos ou pardos.

Segundo Marcia Amantino (2016), a qualidade de cabra, diferenciada da de “pardo” e da de “mulato”, precisa ser considerada como um dos designativos de menor valor hierárquico nas sociedades ibero-americanas. Embora os resultados das interações entre índios e negros ou destes últimos – fossem crioulos ou africanos – com mulatos e pardos recebessem, nos documentos oficiais, diversas denominações, quando evocada a palavra cabra, quase sempre, estava ligada à ideia de pessoa de baixa categoria.

Gian Carlo Silva (2018), em estudo sobre a escravidão e as mestiçagens em uma freguesia do litoral da Capitania de Pernambuco, também sublinha a importância da reflexão sobre o termo cabra. A partir da análise de documentação paroquial da Freguesia de Santo Antonio do Recife, o autor chama atenção para o cotejamento que deve ser feito entre os significados das palavras presentes nos dicionários de época e o seu efetivo uso, no cotidiano dos colonos, no âmbito das cerimônias da Igreja Católica, com posterior registro nos livros de assento das paróquias.

Originalmente, no *Vocabulario portuguez e latino* de Bluteau, cabra estava posto como nome dado, pelos portugueses, a indígenas (Bluteau, 1728, v. II, p. 21). Pouco mais de meio século mais tarde, no *Diccionario da lingua portuguesa*, compilado e reformado a partir do Vocabulário anterior por Moraes Silva, a palavra designa “O filho, ou filha de pái mulato, e mãe preta, ou as avessas” (Silva, 1789, v. I, p. 314). Em Santo Antonio do Recife, as crianças qualificadas como cabras, batizadas entre 1790 e 1801, tinham, como pais, pessoas crioulas e/ou pardas, sendo possível que o vocábulo aqui em discussão remetesse a uma ‘regressão’, remetendo à tez mais escura daqueles levados à pia batismal (Silva, 2018, p. 72).

Trilhando os caminhos da pesquisa

Feita a síntese do balanço historiográfico, exponho, a seguir, o caminho teórico-metodológico da investigação. A razão para envidar esforços para estudar a trajetória de Emerenciana Maria partiu da minha vivência como professor universitário⁴. Lecionando a disciplina Introdução ao Estudo da História, um dos temas de estudo é o ofício do historiador e, nesse caminho, costumo levar as turmas para viagens de campo, dentro e fora da cidade, com o fito de conhecerem o sertão e refletir sobre as narrativas já produzidas, pela historiografia, acerca desses espaços – ocasião em que fazemos reflexão sobre os conceitos de fonte, fato, “verdade”, tempo e espaço. Trata-se de um momento ímpar, de aprendizado, em que saímos da sala de aula convencional e fazemos aulas ao ar livre, mediadas pelo contato prévio com a literatura acerca dos lugares a serem visitados e, também, contato com a comunidade. Um desses espaços que costumeiramente visito, com minhas turmas, é o Açude Recreio, que fica localizado entre os bairros Vila do Príncipe e Recreio, na cidade de Caicó, o qual é tombado como patrimônio histórico municipal por meio da Lei nº 3.923, de 12 de dezembro de 2001 (Morais, Salvador e Santos, 2013, p. 127). Segundo Oswaldo Lamartine de Faria (1980), a construção desse açude teria se dado em 1842, sendo, portanto, um dos mais antigos do que hoje chamamos de Nordeste.

Ao procurarmos maiores informações sobre a sua história, junto com os moradores que circundam o açude, uma narrativa é recorrente: a de que o reservatório teria sido construído, para atenuação dos efeitos das secas, por uma família de pretos que morava naquele sítio, os Merêncio, especificamente por um senhor chamado Manuel Merêncio. Tal narrativa encontra-se também na literatura regional, sendo encontrada, com detalhes, nas *Cartas de um sertanejo*, de Eloy de Souza (1983) e em *Narrativas seridoenses*, primeiro volume, de Francisco de Assis Medeiros (2015).

É este último que dá com detalhes a história envolvendo os Merêncio: o açude teria sido construído na primeira metade do século XIX e, com o inverno de 1842, encheu e transbordou, fato que levou o chefe da família, o senhor Manuel Merêncio, a ir na sede da Vila do Príncipe e convidar um frade, que estava de passagem, para abençoar o reservatório. O frade, no entanto, censurou a atitude de Manuel Merêncio, “afirmando que a água for mandada por Deus para que corresse livremente para o mar, não devendo o homem interceptar a sua marcha, porque constituía atentado à

⁴ Sou professor do Departamento de História (DHC), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuando no eixo de Teoria, Metodologia e Pesquisa Histórica. O CERES fica situado na cidade de Caicó, sertão do Rio Grande do Norte, na região do Seridó.

vontade divina!” (Medeiros, 2015, p. 112). Voltando à casa de morada, no sítio Mabanga – nome, na época, da propriedade – o Merêncio teria se suicidado, marcando, de forma trágica, a história da construção do açude.

Não encontrei, no Livro de Óbitos da Freguesia do Seridó, de 1838 a 1857, o óbito de Manuel Merêncio – pelo menos, com esse nome. Pode ser, também, que o óbito não tenha sido registrado. Essa é uma questão para ser investigada em estudos posteriores. No livro de Francisco de Assis Medeiros, a partir de suas pesquisas, ele enuncia que o “Sítio da Velha Merência” foi vendido, em 1891, para salvar a vida da velha viúva, Emerenciana Tereza de Jesus, e seus filhos, “últimos sobreviventes da família Merêncio em Caicó” (Medeiros, 2015, p. 115).

A partir do cruzamento de fontes, com o Método Onomástico,⁵ encontrei o casamento de Emerenciana Tereza de Jesus, em 1832, na Matriz do Seridó, com Inácio Agostinho do Rosário. Ambos foram qualificados como “P”, na averbação ao lado do registro paroquial, sendo, ela, natural da Freguesia do Brejo de Areia e filha legítima de Félix Bezerra e Melo e Tereza Maria de Jesus; e ele, natural do Seridó, filho legítimo de Antonio Álvares dos Santos e Leonarda Maria do Rosário (FGSSAS, Livro de Casamentos nº 3 (LC3), f. 158-158v). Estes últimos, Antonio Álvares e Leonarda Maria, tinham fortes laços com o mundo da escravidão. Casaram em 1801, na mesma matriz, sendo, ele, na ocasião, escravo do capitão José Bezerra Lins e ela, forra, filha legítima de Antonio Nunes de Andrade e Quitéria Gomes dos Reis (FGSSAS, Livro de Casamentos nº 1 (LC1), f. 78).

No inventário de Inácio Agostinho do Rosário, processado em 1859, consta a relação dos filhos do casal, dentre os quais, um Manuel, que tinha, à época, pouco menos de 20 anos. Penso que não se trata do Manuel Merêncio evocado na tradição oral recolhida por Eloy de Souza (1983) e Francisco de Assis Medeiros (2015). Todavia, a inventariante, Emerenciana Tereza, declarou que, dentre os bens deixados pelo seu esposo (ouro, prata, cobre, ferro, móveis, cavalos, escravos, raiz), constava uma parte de terras no sítio Mabanga, a norte do rio Seridó, com meia légua de fundo, avaliada em 300\$000; um açude no mesmo sítio, em aberto e sem plantação alguma, avaliado em 200\$000 – certamente, o que hoje é conhecido como Açude Recreio; uma casa muito velha, no mesmo espaço, avaliada em 10\$000 e outra casa, muito velha, nos subúrbios da vila, que valia 25\$000.

⁵ O Método Onomástico, a partir da discussão feita por Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989), consiste na utilização de nomes próprios como ferramenta de investigação histórica. Os nomes, dessa forma, não são tratados, apenas, como identificadores, mas, como fatos sociais e culturais, que nos revelam dinâmicas societárias, sobretudo, de classificação das pessoas e os seus relacionamentos. O nome é, dessa forma, um fio condutor, que permite que possamos, a partir do cruzamento intensivo das fontes, proceder à reconstrução de genealogias e relações entre pessoas.

O espólio do inventário de Inácio Agostinho, em termos do monte maior, foi orçado em 3:593\$000, valor com que se poderia comprar, na época, considerando a métrica do inventário, cerca de 44 cavalos novos (Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1ºCJ). Inventários *post-mortem* (IPM). Cx. 342. Inventário de Inácio Agostinho do Rosário, 1859). Trata-se, portanto, de uma família que tinha cabedal acumulado e, conforme as análises de Maria Regina Furtado, para o período que vai de 1850 a 1890, no território da Vila do Príncipe, estava situada entre os 38,2% dos proprietários (de um total de 267) que tinham terras avaliadas entre 101\$000 a 500\$000 (Mattos, 1985, p. 69).

Pelos dados acima analisados, é possível inferir que Inácio Agostinho e Emerenciana Tereza moravam no sítio Mabanga, o qual, posteriormente, foi renomeado para Recreio; que esse casal era uma família de pessoas não-brancas, descendentes de escravos, cuja memória tratou como “Os Merêncio”; e que, com grande probabilidade estiveram envolvidos na construção do açude que, hoje, leva o nome de Recreio. No instante em que me vali do Método Onomástico, para procurar, na documentação paroquial da Freguesia de Santa Ana, pessoas com o nome de Merêncio, encontrei ocorrência de substantivos próprios com grafias assemelhadas, como Merência e Emerenciana.

É possível, embora seja algo para se pensar em nível hipotético, que a presença de pessoas com esses nomes seja uma remissão à Santa Emerenciana, considerada, na tradição ibérica, mãe de Santa Ana, isto é, o ramo genealógico materno da família de Jesus, não tão presente na versão católica da Bíblia (Almeida, 2013; Andrade, 2023).⁶ O fato de Santa Ana ser a patrona da Freguesia do Seridó, portanto, pode não ser coincidência. Uma das Emerencianas me chamou atenção, por ter sido uma mulher qualificada como cabra, forra e solteira, mas, com descendência. É sobre ela, Emerenciana Maria de Jesus, e sua trajetória que me detenho a partir de agora.

Inicialmente, fiz a consulta a bancos de dados, produzidos no *software Microsoft Access*, relativos a 10 livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó: Livro de Casamentos nº 01, de 1788 a 1809 (LC1); nº 02, de 1809 a 1821 (LC2) e nº 03, de 1821 a 1834 (LC3); Livro de Batizados nº 01, de 1803 a 1806 (LB1); nº 02, de 1814 a 1818 (LB2); nº 03, de 1818 a 1822 (LB3) e nº 04, de 1825 a 1831 (LB4); e, Livro de Óbitos nº 01, de 1788 a 1811 (LO1); nº 02, de 1812 a 1838 (LO3) e nº 03, de 1838-1857 (LO3). Eventualmente, para conferir ou checar informações já indexadas, recorri a fotografias dos

⁶ Não confundir com a Santa Emerenciana, que foi “oficializada” com a honra dos altares pela Igreja Católica. Esta é considerada mártir de Roma, sendo, sua festa, celebrada em 23 de fevereiro. Teria vivido entre os séculos III e IV d.C. Ela teria sido irmã adotiva de Santa Inez e morrido apedrejada em função de defender os ideais do Cristianismo (Villanueva, 2000, p. 680-681).

originais desses livros, que estão depositados na Casa Paroquial São Joaquim (Caicó-RN) ou de microfilmes disponíveis no site *Family Search*. No caso de Emerenciana de Jesus, a sua descendência já havia sido mapeada no site do FS, pelos usuários Severino Neto e Marivaldo Dantas de Araújo, o que contribuiu para a compreensão da sua genealogia.⁷

Importante sublinhar, contudo, que todas as ligações genealógicas foram checadas com base nas fontes paroquiais e, aquelas que apenas constavam no banco de dados do FS, sem indicação de documento de comprovação, foram descartadas. Alternativamente, também cruzei os registros paroquiais da Freguesia do Seridó com aqueles provenientes do aparelho burocrático religioso e civil de Caicó, Jardim do Seridó e Serra Negra do Norte, no Rio Grande do Norte; além de Votorantim, São Paulo e Icém, no estado de São Paulo.

A história de Emerenciana de Jesus é a história das pessoas chamadas de cabras pelos sacerdotes que registravam os ritos da Igreja Católica nos sertões. Observando, por meio dos documentos históricos, a Freguesia do Seridó, uma parcela reduzida da população era aquela constituída de cabras. As fontes paroquiais revelam que, dos 2.250 óbitos assinalados nesse espaço, entre 1788 e 1838, 08 eram de pessoas expressamente qualificadas como cabras e 03 outras tiveram os seus pais – ou mães – qualificados enquanto tal. É o caso de Antonio, que morreu em 1790 e era filho de outro Antonio, cabra, e Leutéria Maria de Jesus, escravos, respectivamente, de Apolônia Barbosa de Araújo e de dona Maria da Conceição, todos moradores no Riacho de Fora (FGSSAS, LO1, f. 11).

Em relação aos casamentos celebrados na freguesia, constata-se, a partir do exame dos respectivos livros de assento, que foram realizados 1.691 matrimônios, no Seridó, entre os anos de 1788 a 1834. Dentro desse recorte, encontrei 20 casamentos, entre os anos de 1797 a 1833, onde o noivo ou a noiva foram pessoas expressamente qualificadas, pelo sacerdote que fez o registro, como cabras. Em apenas um desses assentos a qualidade de cabra aparece no espaço ao lado do registro, onde, geralmente, se colocavam averbações.

Tomando como recorte de análise esses 20 casamentos, a primeira verificação feita atesta que, do ponto de vista das qualidades, o número de homens é inferior ao de mulheres. Havia, portanto, mais mulheres cabras (16) casando que homens (9), na freguesia, no período estudado.⁸ A grande

⁷ IGREJA de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Family Search**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/home/portal/>. Acesso em: 03 jul 2024. A identidade (ID) de Emerenciana Maria de Jesus, no banco de dados do FS, é GDZM-PN6.

⁸ No que diz respeito às condições jurídicas dessas pessoas, os 9 noivos cabras foram descritos como escravos nos assentos matrimoniais. Em se tratando das 16 noivas, 12 eram escravas, 02 foram registradas como forras e as outras duas não

maioria dos matrimônios, 10, no total, ocorreu entre cabras e pessoas africanas (Angola, Guiné e pretos ou negros) e crioulas; seguidos de 5 casamentos entre cabras; 2 entre cabras e indígenas; e 2 entre cabras e pessoas misturadas – de qualidade parda e mulata. Uma das uniões envolveu um homem forro, sem identificação da qualidade, e uma mulher cabra. Refiro-me, aqui, ao laço estabelecido, em 1802, na Matriz do Seridó, entre Antonio Manuel dos Santos e Domiciana. Ele, natural do Brejo de Areia, Freguesia de Mamanguape, na Capitania da Paraíba; ela, cabra, escrava de João de Araújo Franco, morador na Fazenda Espírito Santo (FGSSAS, LC1, f. 83).

Sobre o perfil das pessoas a partir do nascimento, dos 4.824 batizados realizados entre 1803 e 1831, no Seridó, excluídos aqueles em que o sacerdote não identificou a origem, 1.847 pessoas foram descritas, em termos de suas qualidades, expressamente, como cabras, mulatas ou pardas e, nas bordas do livro de assento, com a letra “P” e suas variações (como P.C., P. Cat., P. Esc.). Como será discutido adiante, a letra P poderia identificar, a princípio, indivíduos pardos, mas, também, a depender do contexto e de quem identificava, poderia se referir a uma pessoa preta. Pela experiência que tenho no trato com essa documentação paroquial e com a reconstrução de genealogias de diversas famílias, em muitas das situações, essa letra – o P – estava atrelada ao significado de pardo.

Desses batizados, três únicas crianças foram qualificadas, expressamente ou ao lado do assento, como cabra. Uma delas foi Davi, cabra, batizado em 1803 na sede da freguesia, filho natural de Felícia, também cabra, escrava de dona Ana Tereza de Jesus, moradora na Vila Nova do Príncipe (FGSSAS, LB1, f. 16). Todavia, entre 1803 e 1831, localizei registros de batismo de 24 crianças em que a mãe ou o pai eram cabras. Desses, 18 casos eram de famílias matrilocais, isto é, aquelas em que só se dispõe do nome da mãe, presumindo-se que o pai fosse ausente ou não tivesse papel destacado nas condições de sobrevivência. Uma dessas famílias é, justamente, a de Emerenciana de Jesus.

A busca pela sua trajetória levou em conta alguns conceitos-chave, dentre outros, que nortearam a investigação, como o de qualidade e condição, a partir das problematizações feitas por Anthony Russell-Woold (1985), Suely Almeida (2015), Suely Almeida e Janaína Bezerra (2019) e Eduardo Paiva (2015; 2023a). Em termos metodológicos, o estudo foi conduzido sob inspiração do Método Indiciário (Ginzburg, 1989) operacionalizado, ao se efetuar o cruzamento nominativo de fontes, com o Método Onomástico (Ginzburg e Poni, 1989). A partir do cruzamento nominativo,

tiveram sua condição aposta (seriam, portanto, livres?). Em relação às parceiras dos noivos cabras, excetuando as mulheres de mesma qualidade, todas eram escravas. Já em relação aos parceiros das noivas cabras, sem contar com os noivos de mesma qualidade, a maioria estava em processo de escravização (8), 1 era forro e 2, os indígenas, presumivelmente, livres.

foram elaborados dois perfis de análise: um, geracional e, outro, das qualidades atribuídas aos membros da família de Emerenciana de Jesus.

Em busca das gerações: Emerenciana de Jesus e sua parentela

Na seção anterior, discutiu-se acerca do número de casamentos, no Seridó, entre 1788 e 1834, em que, noivo ou noiva, foram assentados como cabras no registro. Emerenciana de Jesus não estava nessa cifra, a das pessoas que tiveram seu casamento abençoado pela Igreja Católica, vez que todos os indícios levam a crer que ela tenha gerado seus filhos e, falecido, solteira.

Seu nome é citado nos registros de casamento de pessoas que eram filhos e filhas “naturais”, ou seja, que se conhecia, apenas, o nome de suas mães ou, no caso da menção a pai e mãe, quando a união era consensual e não ratificada pela Igreja. Refiro-me, aqui, a 175 noivos e a 146 noivas, de um total de 1.691 registros, que, durante o período de 1788 a 1834, casaram na freguesia e foram considerados filhos e filhas naturais. Além dos registros de casamento, o nome de Emerenciana de Jesus apareceu, também, nos assentos de batizados do Seridó, como madrinha, demonstrando a sua presença nas relações de compadrio.

Não encontrei, até o presente momento, informações sobre o seu nascimento e, tampouco, sobre o óbito. Mas, o assento do casamento de seus filhos Vitorina Maria e Manuel da Relva, em 1834, já registram que ela era, naquela ocasião, falecida. Há um batizado, realizado na Capela da Serra Negra, em 1804, que traz como padrinhos do pequeno Severino as pessoas de Manuel e Emerência, escravos do tenente-coronel Manuel Pereira Monteiro. Severino era filho natural de Joaquina, solteira, do Gentio de Angola, escrava de Francisco Borges da Silva e de Ana Maria (FGSSAS, LB1, f. 37).

Considerando a similaridade da grafia, seria, Emerência, a mesma Emerenciana, cuja trajetória está sendo, aqui, examinada? A Ribeira do Espinharas, onde ficava a Capela de Nossa Senhora do Ó, da Serra Negra, e onde também habitava a família Pereira Monteiro, era vizinha, geograficamente, à Ribeira do Sabugi – espacialidade que, como discutirei adiante, foi um dos lugares de permanência de Emerenciana de Jesus e seus familiares. Todavia, não há rastros suficientes para afirmar, por agora, que se tratava da mesma pessoa.

A observância dos assentos de batizado da Freguesia do Seridó fornece importantes pistas sobre o lugar de moradia de Emerenciana de Jesus, bem como, as relações que mantinha com outras pessoas. Em 21 de setembro de 1815, na Matriz do Seridó, ocorreu o batizado de Mônica, filha natural

de Rosa, crioula, escrava da casa do capitão Manuel Gonçalves Melo. Como padrinhos da criança, figuraram Antonio, liberto da mesma casa, e Emerenciana Maria, forra, moradora em Santa Cruz (FGSSAS, LB2, f. 56v). Quase cinco anos depois, em 13 de abril de 1820, na mesma matriz, ocorreu o batizado de Angélica, filha natural de Rosa, escrava do órfão Antonio, filho de Rodrigo Gonçalves de Melo.⁹ Foram padrinhos, Francisco, escravo, e Emerenciana, forra (FGSSAS, LB3, f. 77).

As relações de compadrio aqui firmadas por Emerenciana de Jesus com a crioula Rosa, cativa da família Gonçalves Melo indicam a possibilidade dela, em algum momento anterior, também ter sido escrava dessa família. Entre as minhas suposições sobre a origem do vínculo de escravidão de Emerenciana de Jesus estão aquelas que ligam sua pessoa às pessoas de Joaquim Barbosa de Carvalho, Rodrigo Gonçalves Melo e Félix Gonçalves Melo, todos da linhagem dos Gonçalves Melo e moradores em Santa Cruz, na Ribeira do Sabugi.

O patriarca Manuel Gonçalves Melo, de origem portuguesa, habitou na fazenda Sabugi, às margens do rio de mesmo nome, tendo sido casado com Joana Maria dos Santos, filha de outro português, Domingos Alves dos Santos, e de Joana Batista da Encarnação (Medeiros Filho, 1981; Costa, 1999). Na mesma ribeira do rio Sabugi, no sítio Santa Cruz, conforme os dados provenientes dos assentos paroquiais do Seridó, além de Félix Gonçalves, Rodrigo Gonçalves e Joaquim Barbosa¹⁰ – filho, sobrinho-genro e genro de Manuel Gonçalves Melo, respectivamente –, habitavam, pelo menos, três famílias de pardos, cujos troncos familiares foram: José Gomes de Oliveira, casado com Tereza Maria de Jesus (Macêdo e Macedo, 2024); João Vieira de Ávila, casado com Eugênia Gonçalves de Araújo; e Domingos Corrêa da Silva, casado com Ana Josefa. Foi nesse espaço, a Ribeira do Sabugi, tributário do rio Seridó, onde Emerenciana de Jesus e a maioria de seus descendentes viveu.

⁹ No batizado de Mônica, em 1815, Rosa foi declarada escrava da casa do capitão-mor Manuel Gonçalves Melo. No ano de 1807, a filha deste último, de nome Maria Bernarda da Apresentação, casou com o primo legítimo, Rodrigo Gonçalves de Melo (FGSSAS, LC01, f. 133-133v). Dentre os bens legados em dote, por Manuel Gonçalves, para sua filha, consta a escrava Rosa, crioula, com 29 anos, pouco mais ou menos, avaliada em 120\$000 (Labordoc. FCC. 1°CJ. IPM. Cx. 327. Inventário de Manuel Gonçalves, 1819). Um dos filhos de Rodrigo Gonçalves e Maria Bernarda chamava-se Antonio Rodrigo Gonçalves de Melo. É provável que, com a morte de Maria Bernarda, ocorrida em 1810, a crioula Rosa tenha passado para a posse do filho, Antonio Rodrigo. Isso justificaria ele ser o seu proprietário em 1820, época do nascimento de Angélica.

¹⁰ No caso de Joaquim Barbosa de Carvalho, as terras do sítio Santa Cruz, com nome específico de “Bom Jesus”, foram dadas em dote, quando casou com Joana Maria da Encarnação, filha de Manuel Gonçalves de Melo, em 1789 (Labordoc. FCC. 1°CJ. IPM. Cx. 327. Inventário de Manuel Gonçalves, 1819). Essa meia légua de terras, à época, foi avaliada em 200\$000

Em relação ao plano geracional, o cruzamento de dados me permitiu encontrar três filhos naturais de Emerenciana de Jesus: Manuel da Relva Pereira, Maria Emerenciana e Vitorina Maria da Conceição.

O primeiro, Manuel da Relva casou, na Matriz do Seridó, em 09 de junho de 1834, com Maria Tereza das Virgens, exposta em casa de Joaquim Gonçalves Melo, sendo, ambos os noivos, naturais e moradores na mesma freguesia. Os irmãos Manuel Luiz de Melo e João Gonçalves Melo testemunharam o casamento (FGSSAS, LC3, f. 197v). Dado importante a ser ressaltado: Joaquim Gonçalves era filho do patriarca Manuel Gonçalves Melo e, os irmãos que testemunharam, netos deste último – filhos de Anacleto Alves Gameiro e Ana Maria dos Santos. Maria Tereza faleceu em 1840, com 28 anos, proveniente de sarampo, e foi sepultada em 08 de novembro, no corpo da Matriz do Seridó. À época, ela e Manuel da Relva moravam no Sabugi (FGSSAS, LO3, f. 12v).

Os descendentes de Manuel da Relva e Maria Tereza, conforme o que consta nas fontes paroquiais e judiciais, viveram no território da Freguesia do Seridó, na Ribeira do Sabugi, notadamente nos sítios Sabugi, Brandões, Cachoeira e Varjota.

A segunda filha de Emerenciana de Jesus, Maria Emerenciana, nasceu em 15 de abril e foi batizada em 07 de maio de 1815, na Matriz do Seridó. Seu padrinho foi Manuel Gonçalves Melo Júnior, já viúvo, filho homônimo do patriarca da fazenda Sabugi (FGSSAS, LB2, f. 42). Segundo o registro do batizado, Emerenciana de Jesus era residente em Santa Cruz. O casamento de Maria Emerenciana, que carregava o nome materno, ocorreu na Capela de Serra Negra, filial da Matriz do Seridó, em 10 de junho de 1833. Seu noivo, Antonio Ferreira, era filho legítimo de José Ferreira e Bernardina Maria. Antonio Pereira Mariz e João Rodrigues Mariz foram as testemunhas do casamento (FGSSAS, LC3, f. 178v).

Dos filhos de Emerenciana de Jesus, esse é o ramo de que se dispõe de menos informações. Até o presente momento, apenas foi encontrado o batizado de um filho de Antonio Ferreira e Maria Emerenciana, de nome Raimundo, ocorrido em 05 de agosto de 1833, na Capela de Serra Negra (FGSSAS, LB4, f. 90). É provável, portanto, que essa parte da família tenha se radicado na Ribeira do Espinharas, onde ficava a capela dedicada à Nossa Senhora do Ó, na Povoação da Serra Negra.¹¹

¹¹ Essa permanência da filha Maria Emerenciana na Ribeira do Espinharas poderia ser um indício de que a Emerência, que foi madrinha, em 1804, do pequeno Severino, na Capela da Serra Negra, fosse a mesma Emerenciana, sua mãe? Uma questão que fica em aberto, aguardando novas investigações.

Por fim, a terceira filha de Emerenciana de Jesus, Vitorina Maria da Conceição, nasceu em 23 de dezembro de 1816 e foi batizada em 12 de janeiro de 1817, na Matriz do Seridó (FGSSAS, LB2, f. 123v). Seu padrinho foi o tenente Manuel Gonçalves Melo [Júnior], homônimo do pai, que já era falecido na ocasião desse ritual.¹² Vitorina Maria casou, na Matriz do Seridó, em 03 de fevereiro de 1834, com José Miguel de Freitas, filho legítimo de Miguel de Freitas e Paula Maria (FGSSAS, LC3, f. 188v). Foram testemunhas do casamento as pessoas de Félix Gonçalves Melo e João Gonçalves Melo, filho e neto, respectivamente, do patriarca Manuel Gonçalves Melo. Os sogros de Vitorina Maria eram pardos forros, sendo, Paula Maria, filha legítima de Adriano e Inácia, os quais foram escravos do sargento-mor Antonio Pereira Monteiro, da Ribeira das Espinharas (FGSSAS, LB1, f. 67v).

A descendência de José Miguel e Vitorina Maria teve um alto grau de dispersão em termos de suas mobilidades espaciais. Localizei casamentos nas freguesias do Seridó – na matriz e no Oratório do Sabugi – e na da Serra Negra, na matriz e na, então, Capela de São João Batista – hoje, sede da paróquia autônoma de São João do Sabugi. E, residências de familiares em: São Bento e Vila de Brejo do Cruz, em território da Paraíba; nos sítios Arapuá, Fechado, Areias e Barra do Coimbra, na Ribeira do Espinharas; no lugar Timbaúba, do distrito de Caicó; e, no Estado de São Paulo, no distrito de Ermelino Matarazzo (da cidade de São Paulo) e nas cidades de Icém e Votorantim. As razões para mobilidades espaciais de tão longo alcance merecem, futuramente, ser investigadas.

O cruzamento das informações presentes em bancos de dados construídos a partir dos registros da Freguesia do Seridó, com o mapeamento do FS - utilizando-se, para tal, apenas, dos dados conferidos com respectiva documentação – permitiu se reconstruir, até o momento, quatro gerações da descendência da família matrifocal de Emerenciana de Jesus, sendo, a primeira, composta de 03 filhos; a segunda, com 10 netos; a terceira, com 6 bisnetos; e, por fim, a última, com 10 trinetos.

Nas gerações, as mudanças de qualidade

No que diz respeito à questão das qualidades que atravessaram a família de Emerenciana de Jesus, esta foi qualificada como cabra nos assentos de batismo das filhas Maria Emerenciana (1815) e Vitorina Maria (1817). Nas outras menções que lhe foram feitas, seja nas cerimônias em que atuou como madrinha dos filhos da crioula Rosa, seja nos casamentos dos filhos, teve a sua qualidade suprimida, sendo descrita, apenas, pelo seu nome completo. No estado atual da pesquisa, não disponho

¹² O patriarca Manuel Gonçalves Melo faleceu em 20 de novembro de 1816, com 85 anos (FGSSAS, LO2, f. 28v).

de informações sobre os pais de Emerenciana, de modo que, precisar o significado do termo cabra a ela atribuído nas fontes é uma tarefa que se assenta, momentaneamente, no terreno das conjecturas.

As discussões sobre o termo cabra, atribuído a pessoas nos mais diversos rincões da América portuguesa, da segunda metade do século XVIII em diante, como já afirmado em parágrafos precedentes, convergem para o entendimento de que os significados dessa palavra, em sentido adjetival, associavam homens e mulheres a situações de mestiçagem, ou seja, em que seus pais provinham de diferentes origens étnicas e/ou sociais (Cortez, 2015; Amantino, 2016; Silva, 2018). Essas mestiçagens, conforme a pontuação de Márcia Amantino, seriam resultantes de pessoas negras com outras já mescladas, também com ancestrais negros, a exemplo de mulatos e pardos. A qualidade de cabra, enquanto pessoa “misturada”, estava entre os designativos de menor valor hierárquico atribuído a pessoas nas sociedades ibero-americanas, ao lado de outras denominações, como coiotes, zambaios – no mundo hispânico –, fulas e curibocas – na América de colonização lusa (Amantino, 2016, p. 97).

Partindo dessas premissas, suponho que a qualidade de cabra, atribuída a Emerenciana de Jesus pelos agentes da Igreja Católica, referisse que ela era uma pessoa mestiça. Essa suposição se sustenta quando se faz a observação das qualidades atribuídas aos seus descendentes, na primeira geração, nos mesmos assentos. No batizado de Vitorina Maria, em 1815, no espaço em branco ao lado do registro, o padre anotou a letra P. O mesmo ocorreu com o assento dos casamentos de Maria Emerenciana (1833), da própria Vitorina Maria e de Manuel da Relva – os dois últimos, em 1834 –, que tiveram a letra P inserida como uma averbação ao registro do matrimônio. O que queriam dizer as letras inseridas pelos sacerdotes nos espaços que margeavam os registros nos livros paroquiais? Douglas Libby (2010), de modo acertado, já chamara a atenção para a problematização que precisa ser feito sobre esses sinais gráficos no contexto da produção da massa documental das antigas freguesias.

No estudo de Macedo (2020), a julgar pelo fato de algumas das pessoas qualificadas expressamente como pardas, estudadas no Sertão do Seridó, terem sido, também, assentadas com a letra P, ao lado de seus registros, o autor ponderou, por convenção, que P significaria, a princípio, pardo ou parda. O aprofundamento de seus estudos, sobretudo, a partir do constante diálogo travado com Maiara Araújo, Alda Medeiros e Matheus Santos (Araújo, 2023; Medeiros, 2022; Santos, 2022), o fez recuar dessa postura cartesiana e relativizar essas atribuições, procurando compreender o contexto da aposição de uma letra ao lado do registro, quem fazia essa inserção e, o mais importante: qual a

árvore genealógica da pessoa a quem se marcava, no assento, uma letra, fosse P, B ou mesmo a letra I, comumente ligada a indígenas.

É fato que essa atitude, de ter cautela em fazer associações de letras nos registros paroquiais a determinadas qualidades, foi também motivada pelas importantes provocações de Eduardo Paiva, Suely Almeida e Janaína Bezerra, que chamam atenção para o quanto as denominações feitas a pessoas, nas sociedades de Antigo Regime, no mundo ibero-americano colonial, eram complexas (Paiva, 2015; Almeida, 2015; Almeida; Bezerra, 2019). Helder Macedo, posteriormente, continuou questionando os sentidos dessas letras nas fontes deixadas pelo aparelho burocrático da Igreja Católica (Macedo, 2023a; 2023b), a ponto de perguntar se a letra P poderia significar pardo/parda ou mesmo preto/preta.

Retornando ao caso dos filhos de Emerenciana de Jesus, cujos registros de casamento tiveram a letra P identificada no espaço que margeia o assento, minha hipótese é de que se referissem à qualidade de pardos, isso, partindo, também, do pressuposto de que a matriarca da família era uma pessoa oriunda de misturas. A letra P também foi utilizada para identificar descendentes de Emerenciana de Jesus na sua segunda geração, quais sejam, dentre os dez netos, as pessoas de Raimundo, Francisco Relva de Lima e Emerenciana, nascidos, respectivamente, em 1833, 1835 e 1837. Seis outros netos não tiveram sua qualidade identificada nas fontes, enquanto a neta Emerência Maria da Conceição, nascida por volta de 1844 e falecida em 1893, no lugar Timbaúba, proveniente das febres, foi adjetivada, textualmente, no seu óbito, como “parda”.

Pardo é um dos termos usados para denominar pessoas cuja ancestralidade provém, em parte, de mesclas. Bluteau, no seu *Vocabulário* de 1728, enuncia que se tratava de “Cor entre branco, & preto, própria do pardal” (Bluteau, v. VI, 1728, p. 265). Estudos recentes, para o litoral da Capitania de Pernambuco, dão conta da complexidade de se achar um significado único para o termo (Bezerra, 2016; Silva, 2018). Eduardo Paiva, em texto recente, coloca o termo *pardo*, ao lado de *mulato*, como palavras-coringa, que, em diversas vezes, foram utilizadas com conveniências específicas, historicamente, pelos detentores do poder da escrita. Segundo ele, em regiões com maior população africana e crioula, a exemplo de Minas Gerais e Bahia, os dois termos podem ter sido mais usados para a nomeação de filhos de negros, pretos e crioulos com brancos ou pessoas já misturadas. Enquanto que, em regiões com maior expressividade de população indígena, os referidos termos poderiam ter se referido, com mais frequência, a indivíduos provenientes de misturas entre os nativos e outros grupos sociais. É o caso do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das Capitânicas de Goiás, Mato Grosso e

aquelas do Norte do Estado do Brasil (Paiva, 2023a, p. 258). Evidentemente, tais chaves devem ser entendidas como pontos de partida para a investigação e não fórmulas conceituais fechadas.

No caso de Emerência da Conceição – neta de Emerenciana de Jesus –, que foi qualificada como parda em seu óbito, em 1893, é preciso, pois, ter o cuidado de se atentar que a qualidade, aqui, talvez, estivesse, mais ligada à cor da pele, vez que o registro de óbito é do período republicano, oriundo do Cartório do Registro Civil de Jardim do Seridó (Município do Jardim [do Seridó] (MJS), Livro de Registro Civil de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Azevêdo nº 01 LRCO-PNSCA1, Registro (Reg.) nº 103, f. 168v). Ou, seguindo a problematização feita por Hebe Mattos, ainda que se admita que “pardo”, nesse contexto, remetesse à cor, pode-se pensar que esta ia além de “matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem”, aludindo, também, a “lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas” (Mattos, 2013, p. 106).

Não é forçoso recordar que Emerência da Conceição, se for examinada sua genealogia, era descendente de pessoas que, no passado, foram submetidas à escravidão, tanto pelo lado paterno, quanto pelo materno. Isto quer dizer que o qualificativo de parda poderia, também, ser uma marca da escravidão, a qual teria perdurado para além, inclusive, da abolição do regime escravocrata, em 1888. Outra informação que não pode ser desprezada diz respeito à condição social de Emerência da Conceição enquanto mulher pobre: seu assento civil de óbito, que registra sua morte por febres, também alude ao fato de que ela era “serviçal” (MJS, LRCO-PNSCA1, Reg. nº 103, f. 168v).

Seguindo com a descendência de Emerenciana de Jesus, seus seis bisnetos, na terceira geração, mapeados a partir do cruzamento de fontes, não tiveram suas qualidades e/ou cores identificadas. Todavia, a bisneta Maria Francisca de Jesus foi casada com Manuel Lins de Maria, nascido em 1869 e que, em seu batizado, foi adjetivado expressamente como pardo (FGSSAS, LB11, f. 124v). Como comentei anteriormente, é possível que o sentido de “pardo”, aqui, relativo ao seu uso na segunda metade do século XIX, fosse diferente do que essa palavra pudesse remeter no início da mesma centúria.

Um outro bisneto, Ezequiel Relva de Lima – irmão de Maria Francisca – casou, em 1889, no sítio Brandões, com Emília Apolinária do Monte (FGSSAS, LC4, p. 183-184/221 [arquivo digitalizado no FSJ]). Esta última faleceu em 1948, no dia 23 de março, e, no registro de óbito, foi declarada como de “cor morena” (Município de Caicó (MC), 2º Cartório Judiciário de Caicó (2ºCJ), Livro de Registro Civil de Óbitos nº 02 (LRCO2), Reg. nº 1044, f. 148v). O termo moreno, segundo Eduardo Paiva, foi

disseminado, no Brasil, a partir do século XIX, sendo derivado de “mouro” – numa remissão, pois, ao caldeirão étnico da Península Ibérica entre os séculos VIII e XV, cujos ecos se fizeram sentir nas conquistas do outro lado do Atlântico (Paiva, 2015). Segundo o Dicionário de Silva Pinto, de 1832, publicado no Brasil, a palavra em questão significava “De còr parda escura” (Pinto, 1832, p. 725). Desse modo, é provável que a cor morena, atribuída no registro civil a Emília Apolinária, fizesse menção direta à sua tez mais escurecida.

Por fim, a quarta geração dos descendentes de Emerenciana de Jesus, aqui representada pelos dez trinetos mapeados na documentação, apresentou oito pessoas sem qualidade e/ou cor designadas. Desse conjunto, importante assinalar que a trineta Luzia Maria de Jesus casou, em 1927, na Matriz de Sant’Ana, com José Inácio de Oliveira (FGSSAS, LC8, Reg. nº 143, f. 174v). Este, em seu registro de óbito, de 1985, ocorrido no sítio Arapuá – município de Serra Negra do Norte – foi declarado de cor morena (Município de Serra Negra do Norte (MSRN), LRCOC-02, Reg. nº 280, f. 354). Do mesmo modo, o trineto Manuel Antonio de Araújo casou com Maria Joaquina Pereira – ou de Araújo –, que faleceu em 1957, em Icém-SP. No seu registro de óbito, foi declarada como de cor parda (Município de Icém (MI), LRCOC-5, Reg. nº 653, f. 02, Talão nº 03).

As duas outras trinetas de Emerenciana de Jesus foram Zulmira Maria de Araújo Mariz e Josefa Maria de Araújo, ambas migrantes para o estado de São Paulo. A primeira, nasceu em 1903 e casou com Andronico Cunegundes Mariz. Seu falecimento ocorreu em Votorantim-SP, no ano de 1974, ocasião em que foi declarada como de “cor branca” no registro civil de óbito (Município de Sorocaba (MS), LRCO16, Reg. nº 8.033, f. 5v, Talão nº 40). A segunda, sua irmã, Josefa Maria de Araújo, já moradora na referida cidade, procedeu, judicialmente, em 1968, ao seu próprio registro de nascimento civil. Na ocasião, declarou que havia nascido em Serra Negra do Norte em 1904 e que era, também, de cor branca (MS, Livro de Registro Civil de Nascimento nº A-31 (LRCNA-31), Reg. nº 20.918, f. 111, Talão 90).

O fato dessas duas descendentes de Emerenciana de Jesus, na quarta geração, serem mencionadas como de cor branca não é surpresa, tendo em vista que cerca de cem anos separa o nascimento de Zulmira e Josefa de Araújo da existência de sua ancestral, moradora no sítio Santa Cruz, da Ribeira do Sabugi. Durante esse intervalo de tempo, os antepassados e antepassadas dessas duas migrantes contraíram matrimônio com pessoas de origens diversas – cuja qualidade, na maioria dos casos, é desconhecida ou foi omitida das fontes.

Ainda nesse âmbito, é importante relembrar que as diversas formas de classificação de pessoas, utilizadas pelos agentes ligados ao mundo da escrita, do período colonial em diante, eram relacionais, ou seja, baseavam-se na visão de mundo de quem registrava e a partir de determinados pressupostos. E, dessa forma, é importante, sempre, questioná-las. Como bem pontuou Eduardo Paiva, a palavra “branco”, no sentido adjetival, nem sempre foi um indicador, somente, de cor de pele. Segundo o autor, até o período anterior ao século XIX, na Ibero-américa, branco foi considerado mais como sinônimo de qualidade, abrigando, dentre outros, em sua concepção e uso, elementos como aspectos morais, religiosos, geracionais, de proveniência e, também, a cor da pele. Do século XIX em diante, o vocábulo passou a referir-se mais diretamente à cor da pele das pessoas, num contexto de difusão de ideias científicas, biologizantes e racialistas (Schwarcz, 1993; Paiva, 2023b, p. 73-74).

O estudo empreendido por Lourenço Cardoso, sobre a branquitude no Brasil, oferece pistas para se refletir sobre essa questão. Para o autor, “A cor é parte do fenótipo, aquilo que se vê, no entanto é uma atribuição social, porque se relaciona com a vida cotidiana, na sua ligação com a ideia de raça e de etnia” (Cardoso, 2014, p. 32). E, arremata: “A cor é um aspecto de classificação social fundamental no Brasil” (Cardoso, 2014, p. 32). Seguindo esse caminho, a designação de branca, para as irmãs Zulmira e Josefa de Araújo, precisa ser posta em discussão.

Poderia estar ligada ao seu fenótipo, mas, também, poderia estar relacionada com o lugar que ocupavam no contexto em que foram classificadas como tal:¹³ migrantes sertanejas, vivendo em um estado diferente daquele em que nasceram, o Rio Grande do Norte, sem falar no caso específico de Zulmira Araújo, cujo esposo, Andronico Mariz, era industrial – informação proveniente da sua certidão de casamento civil, ocorrido em 1954, em Votorantim-SP (MS, Livro de Registro Civil de Casamento nº B-13 (LRCCB-13), Reg. nº 2.070, f. 45, Talão nº 11).

Considerações finais

Durante muito tempo, a maioria dos livros de história que trataram da formação de famílias, em freguesias situadas em áreas sertanejas do atual Nordeste, direcionaram o seu foco para parentelas

¹³ Lourenço Cardoso, historicizando a denominação de “branco”, na história do Brasil, dá algumas importantes chaves explicativas. Segundo o autor, o branco português não era, necessariamente, alguém que possuía pele clara. Mas, alguém que poderia ser comparado com um “outro”, mais branco – sobretudo, aqueles do norte da Europa – ou menos branco que ele (Cardoso, 2014, p. 33). E, no caso do branco brasileiro, a sua branquitude é “mais preta”, considerando a inconfundível – embora, por vezes, esquecida ou negada – participação da população afrodescendente na demografia e nas práticas culturais brasileiras (Cardoso, 2014).

cujos patriarcas e matriarcas eram pessoas qualificadas como brancas ou de origem portuguesa ou luso-brasílica. No texto aqui apresentado, propus fazer uma abordagem diferente, analisando a trajetória de uma família em que não se conhece a figura do “pai” ou “patriarca”, mas, tão somente, a mãe, isto é, uma família matrifocal. A matriarca desse grupo familiar, Emerenciana Maria de Jesus, era uma mulher solteira e não-branca, que viveu no Sertão do Rio Grande do Norte entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

A qualidade atribuída a essa matriarca, pelos padres que anotaram os registros paroquiais relativos aos ritos vivenciados pela sua família no seio da Igreja Católica, foi a de cabra. Provavelmente, uma mulher mestiça, ou seja, proveniente pai e mãe com origens diferentes. A condição, igualmente imputada pelos agentes religiosos a Emerenciana de Jesus, nesses assentos paroquiais, foi a de forra. Pode-se aduzir, portanto, que foi uma mulher que vivenciou a experiência da escravidão nos sertões e, por razões ainda não sabidas, conseguiu sair de seus grilhões.

Emerenciana de Jesus e a maioria de seus descendentes viveu no Sítio Santa Cruz, da Ribeira do Sabugi, curso d’água que é afluente do Rio Seridó, que cortava o território da freguesia homônima. Nessa espacialidade, a matriarca manteve relações de compadrio, conhecidas, com Rosa, cativa da família Gonçalves de Melo, o que pode indicar, em nível de hipótese, além do laço de solidariedade, relação com esse grupo familiar, cujo patriarca era Manuel Gonçalves Melo. A qualidade de cabra não foi detectada nas fontes que registraram as vivências dos descendentes de Emerenciana de Jesus. Poucas pessoas, dentre aquelas de sua progênie, foram qualificadas, nos documentos históricos, como “pardas” ou de “cor morena”, “cor parda” e, ainda, “cor branca”.

Um dado que salta aos olhos, ao percorrer as gerações dos descendentes de Emerenciana de Jesus, é a ausência das qualidades e/ou cores, seja na documentação de origem eclesiástica, seja nas fontes do registro civil, para a maioria de seus netos, bisnetos e trinetos. O que teria ocasionado essa ausência? Esquecimento dos padres ou escrivães? Um movimento típico, da burocracia administrativa, fosse no âmbito da Igreja, fosse no da Justiça? Há um silêncio nos registros que proporciona não se vislumbrar todos os tons desse passado. Uma possibilidade é que essa indeterminação do designativo que distinguia as pessoas fosse oriunda de um processo que ocorreu a partir do século XIX, discutido por Hebe Mattos, em que a “cor” de brancos pobres, negros e mestiços livres teria sido, gradativamente, omitida das fontes – principalmente, pela “crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais [a partir de meados do Oitocentos] monopólio dos brancos” (Mattos, 2013, p. 107).

Por outro lado, esse silêncio, partindo do debate evocado por Eni Orlandi, é, também, um “nada” – aquilo para onde o movimento dinâmico da linguagem empurra o que ela não é. E, concordando com a autora, “quanto mais falta [o “nada”], mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta” (Orlandi, 1995, p. 49). Até que novas pesquisas sejam feitas, estas não são e nem serão as últimas considerações sobre os descendentes de pessoas qualificadas como cabras nos sertões do Nordeste do Brasil.

Referências completas

ALMEIDA, Lilian Pestre de. A presença da Grande Mãe no imaginário brasileiro (formas e motivos barrocos). **Organon**, Porto Alegre, v. 16, n. 16, p. 172-181, 1989.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Pensando as mestiçagens: processos e dinâmicas de mestiçagem da América portuguesa XVII a XVIII. **Boletim do Tempo Presente**, Recife, n. 10, p. 1-19, 2015.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; BEZERRA, Janaína Santos. Cor, Qualidade e Condição: uma reflexão sobre conceitos no Brasil Colonial no século XVIII. **Luso-Brazilian Review (Online)**, Wisconsin, v. 56, p. 130-160, 2019.

AMANTINO, Marcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel E. Fernandez; GARCÍA, Rafael M. Perez. (Org.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 1, p. 83-97.

ANDRADE, Letícia Martins de. Uma “engraçada e redonda Anna”: a devoção a Santana e o modelo de feminilidade virtuosa nas Minas Coloniais (1720-1821). **Revista de História (São Paulo)**, São Paulo, n. 182, a08822, 2023.

ARAÚJO, Maiara Silva. **Tropas Pagas e Ordenanças**: perfil social dos militares da Capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX) Mossoró, RN: Edições UERN/ FAPERN, 2023.

BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca**: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII). 2016. 322f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1728. 8 v.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. **Cativos do Sertão**: um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2000.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: ed. do autor, 1999.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850). 2004. 278f. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil – Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSA). **Livro de Casamentos nº 01, de 1788 a 1809; nº 02, de 1809 a 1821; nº 03, de 1821 a 1834** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSA). **Livro de Batizados nº 01, de 1803 a 1806; nº 02, de 1814 a 1818; nº 03, de 1818 a 1822; nº 04, de 1825 a 1831** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSA). **Livro de Óbitos nº 01, de 1788 a 1811; nº 02, de 1812 a 1838; nº 03, de 1838 a 1857** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-80.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.

IGREJA de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Family Search (FS)**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/home/portal/>. Acesso em: 09 jun 2025.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O Cabra do Cariri Cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1ºCJ). Inventários *post-mortem* (IPM). Cx. 342. **Inventário de Inácio Agostinho do Rosário**, 1859.

Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc). Fundo da Comarca de Caicó (FCC). 1º Cartório Judiciário (1ºCJ). Inventários *post-mortem* (IPM). Cx. 327. **Inventário de Manuel Gonçalves Melo**, 1819.

LAMARTINE, Oswaldo. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; Martins, Ilton César (Org.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 41-62.

LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe, província do Rio Grande do Norte (1850/1888)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do RN. Curitiba: CRV, 2020.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: uma proposta para se refletir sobre as mestiçagens no sertão do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros

de (Org.). **Fazendo ciência nos sertões:** Experiências e idealizações no Seridó. Sobral-CE: SertãoCult, 2023b, p. 73-92.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte:** história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Práticas de nomeação de pessoas “negras” nos Sertões do Seridó: primeiras aproximações. In: OLIVEIRA, Antônio José de (Org.). **História dos Sertões:** Sociedades Coloniais. Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó-RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023a, p. 57-71.

MACÊDO, Mara Gabrielly Batista; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Pardos e pardas no Sertão do Seridó: o caso da família "Gomes de Oliveira" (séculos XVIII-XIX). In: FERNANDES, Paula Rejane; SANTOS, Beatriz Alves dos (Org.). **Sertões ontem e hoje:** historiografias, culturas e representações. Campina Grande: Amplla, 2024. p. 20-31.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó:** espaço e história no regionalismo seridoense. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII). 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX. 3.ed.rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890.** Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS, Francisco de Assis. **Narrativas seridoenses.** v. 1. Natal: edição do autor, 2015.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas:** um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838). 2020. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA, UFRN, Natal, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas:** mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – CERES, UFRN, Caicó, 2022.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense:** uma geografia da resistência. Caicó: ed. do autor, 2005.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira; SANTOS, Daniele Patrícia dos. O desafio da gestão ambiental urbana: análise sobre o Açude Recreio, Caicó-RN. **Sociedade e território**, Natal, v. 25, n. 1, p. 119-136, 2013.

Município de Caicó (MC), 2º Cartório Judiciário de Caicó (2ºCJ), **Livro de Registro Civil de Óbitos (LRCO) nº 02, de 1902 a 1903** [consulta feita via original digitalizado no *Family Search*].

Município de Icém (MI), **Livro de Registro Civil de Óbitos (LRCO) nº C-5 - (Talão nº 03, 1955-1959** [consulta feita via original digitalizado no *Family Search*].

Município de Serra Negra do Norte (MSRN), **Livro de Registro Civil de Óbitos (LRCO) nº C-02, de 1967 a 2011** [consulta feita via original digitalizado no *Family Search*].

Município de Sorocaba (MS), **Livro de Registro Civil de Nascimento (LRCN) nº A-31 - Talão 90, 1968-1969; Livro de Registro Civil de Óbitos (LRCO) nº 16 - (Talão nº 40, 1973-1974)** [consulta feita via original digitalizado no *Family Search*].

Município do Jardim [do Seridó] (MJS), **Livro de Registro Civil de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Azevêdo (LRCO-PNSCA) nº 01, de 1889 a 1920** [consulta feita via original digitalizado no *Family Search*].

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

PAIVA, Eduardo França. Circulação do léxico da escravidão e das mestiçagens. In: PAIVA, Eduardo França; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Rodrigo Caetano; ROLAND, Samir Lola (Org.).

Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Caravana, 2023a.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Mestiçagens na Ibero-América, entre os séculos XVI e XIX: definições, empregos e historicidades dos conceitos - o caso do designativo “branco”. In: REYES, Andrea Armijo; PONCE, Xochitl Inostroza; CAMPOS, Maximiliano Salinas (Edit.). **Colonialismo en América**. Prácticas, imaginarios, resignificaciones siglos xvi-xxi. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2023b.

PEREIRA, Ariane Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)**. Teresina/Piauí: Editora Cancioneiro, 2021.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese de doutorado apresentada na Unicamp, 2003.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos: indivíduos não-brancos nos Sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, Séculos XVIII-XIX)**. 2022. 194f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - CERES, Caicó, 2022.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro:** escravidão, mestiçagens e sociedade no Recife colonial (1790-1810). Maceió: Edufal, 2018.

SOUZA, Eloy de. **Cartas de um sertanejo.** Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Território da divergência (e da confusão).** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

VILLANUEVA, Ángel Solaz. Emerenciana. In: LEONARDI, Claudio; RICCARDI, Andrea; ZARRI, Gabriella. (Dir.). **Diccionario de los santos**, v. I (A-I). Madri: San Pablo, 2000. p. 680-681.